



miguilim

revista eletrônica do nefli

volume 9, número 3, set.-dez. 2020

O BIOPODER EM TEMPOS DE CORONAVÍRUS: O DUELO DE VERDADES EM MATERIALIDADES DISCURSIVAS NAS MÍDIAS SOCIAIS DIGITAIS



BIOPOWER IN CORONAVIRUS TIMES: THE DUEL OF TRUTHS IN DISCURSIVE MATERIALITIES IN DIGITAL SOCIAL MEDIA

Wellington Gomes de SOUZA
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil

Vinícius Costa Araújo LIRA
Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Brasil

Francisco Vieira da Silva
Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | O AUTOR
RECEBIDO EM 16/04/2020 • APROVADO EM 08/10/2020
DOI: <https://doi.org/10.47295/mgren.v9i3.2340>

Resumo

O embate de verdades, suscitado em função da pandemia instalada pela proliferação do novo coronavírus, abre campo para a discussão sobre o biopoder, a biopolítica e as relações que se estabelecem nessa perspectiva. Assim, este artigo objetiva analisar as relações de poder – inerentes à biopolítica – presentes como reflexo das ações para a (des)construção desse contexto pandêmico. Como *corpus* de análise, elegemos postagens extraídas de redes sociais nas quais se percebe a discursivização de posicionamentos que denotam um duelo de verdades no que se refere às ações de combate à COVID-19, tendo como recorte a situação do Brasil. Para fundamentar esta abordagem, ancora-se, sobretudo, nos estudos de Michel Foucault (1976; 2005; 2008; 2009), que apresentam elementos essenciais acerca dos aspectos a serem explorados neste texto. Como procedimentos metodológicos, apresenta-se uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa. Da análise realizada, entende-se que o lugar social dos sujeitos se constitui sob duas perspectivas: uma arena onde se consolidam determinadas relações de poder, e um espaço onde se acentuam as estratégias de resistência, na recusa ou adesão das estratégias do biopoder.

Abstract

The collision of truths raised by the pandemic installed by the proliferation of the new coronavirus, opens the way for the discussion about biopower, biopolitics and the relationships that are established in this perspective. Thereby, this article proposes to analyze the power relations, regarding biopolitics, present as a reflection of actions for the (de) construction of this pandemic context. As a corpus of analysis, extracted posts were selected from social networks in which we perceive the discursivization of positions that denote a duel of truths with regard to actions to combat COVID-19, taking the situation of Brazil as a snippet. To substantiate this approach, it is mainly anchored in the studies of Michel Foucault (1976; 2005; 2008; 2009), which present essential elements about the aspects to be explored in this text. As methodological procedures, a descriptive research with a qualitative approach is presented. From the analysis carried out, it is understood that the social place of the subjects is constituted from two perspectives: an arena where certain power relations are consolidated, and a space where the resistance strategies are accentuated in the refusal or adherence of the biopower strategies.

Entradas para indexação

PALAVRAS-CHAVE: Sujeito. Biopoder. Mídia digital.

KEYWORDS: Subject. Biopower. Digital media.

Texto integral

O novo coronavírus surgiu, hipoteticamente, no final de dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China, tendo morcegos como suspeitos de serem vetores de transmissão do vírus ao ser humano. No Brasil, o primeiro caso de coronavírus foi registrado no dia 26 de fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo, tendo como infectado um paciente que retornara da Itália. Desde então, uma série de ações foram propostas para combater a Covid-19 – doença causada pelo novo

coronavírus, a partir de medidas para controlar a infecção, como se deu com o isolamento social, por exemplo, situação que gerou bastante polêmica em nosso país.

Nesse cenário caótico que se desenhou com a expansão da Covid-19, abriu-se espaço para uma discussão com base nos estudos foucaultianos acerca do biopoder e da biopolítica, em um contexto pandêmico no qual as narrativas divergem, sobretudo pelas relações de poder que se estabelecem, bem como pelos lugares sociais dos sujeitos que constroem seus discursos. Assim, para erigirmos uma discussão sobre esses aspectos, valemo-nos de alguns estudos de Foucault (1976; 2005; 2008; 2009), principalmente nas exposições acerca do biopoder, da biopolítica e de questões relacionadas ao discurso. Além disso, temos suporte em outros autores que discorrem sobre a obra do filósofo em tela, como Miranda (2014) e Silva (2018).

Do ponto de vista metodológico, apresentamos uma abordagem qualitativa, tendo em vista a busca pela interpretação do fenômeno social suscitado pela pandemia do coronavírus. Esta discussão é centrada, ainda, no caráter explicativo, com a pretensão de apresentar elementos que possam contribuir para a percepção da realidade, cujo cenário é o embate acerca das ações necessárias ou desnecessárias para o combate a essa doença. Nessa empreitada, elegemos materialidades discursivas presentes em mídias digitais, visto que a disseminação de opiniões em redes sociais é penetrante na construção de posicionamentos diversos, por conta da rapidez com que se propagam os discursos na *internet*. Nesse sentido, temos como norte a ideia de tecnologia como constitutiva da sociedade (SANTOS, 2016), pois, muitas vezes, é a partir do contato promovido pela rede que os sujeitos constroem seus pontos de vista. Com isso, entendemos que há um espaço profícuo para a análise de discursos distintos em relação ao isolamento social.

Em nossa análise, portanto, consideramos que o conflito de narrativas acerca da Covid-19 interfere no desenvolvimento das ações biopolíticas, tendo em vista o caráter passional que permeia a postura dos sujeitos frente às relações de poder que são construídas, bem como as estratégias de resistência que se efetivam em defesa de determinados regimes de verdade. Este artigo segue com mais duas seções, além das considerações finais e das referências. Na sequência, trataremos das relações de poder, discutindo sobre o percurso que vai do poder soberano ao poder regulamentar do Estado, com uma subseção que trata do embate biopolítico que permeia nossas instâncias políticas. Na seção seguinte, temos uma discussão sobre a construção do discurso e a relação com a verdade, além da análise de materialidades discursivas extraídas de redes sociais que compõem o nosso *corpus* de pesquisa.

1 Do poder soberano ao biopoder: um percurso foucaultiano

As tecnologias de poder que atuam sobre os sujeitos partem da perspectiva da individualização para a ideia de massificação dos indivíduos, na constituição de

um biopoder oriundo de processos que envolvem o homem como um ser pertencente a uma massa global. Esse percurso relaciona-se com a transformação do poder do soberano, exercido sobre o homem-corpo, que se transfigura em um poder estatal, atuante sobre o homem-espécie, conforme elucidaremos mais adiante.

Nesse sentido, podemos nos valer do recorte foucaultiano feito para analisar essa passagem do poder disciplinar para o poder regulamentador. De acordo com Foucault (1976), a tomada de poder soberano sobre o homem enquanto ser vivo consiste em uma espécie de estatização do biológico. Assim, esse poder estava pautado no direito de *fazer morrer* ou *deixar viver*, que fazia da vida do súdito uma pertença do soberano, pois este ser maior era o responsável pela decisão acerca de quem teria o direito de estar vivo ou estar morto, algo que se traduz na neutralidade do homem em relação à sua vida e à sua morte. Nas palavras do autor:

Em certo sentido, dizer que o soberano tem direito de vida e de morte significa, no fundo, que ele pode fazer morrer ou deixar viver; em todo caso, que a vida e a morte não são desses fenômenos naturais, imediatos, de certo modo originais ou radicais, que se localizariam fora do campo do poder político (FOUCAULT, 1976, p. 286).

Esse direito soberano de *fazer morrer* ou *deixar viver* é constituído de uma tecnologia disciplinar centrada no corpo enquanto objeto a ser preparado para o trabalho, por exemplo. Por isso, Foucault (1976) afirma que, nos séculos XVII e XVIII, há um poder disciplinar predominante na individualização do corpo, algo que fortalece, pois, a concepção de homem-corpo. Em outras palavras, temos um poder disciplinar que individualiza o corpo e é componente do poder soberano para adestrar o sujeito, sugar a força útil de seus súditos, assim como punir – o *fazer morrer* – entre outras finalidades.

Para além dessa ideia de sujeito individualizado inerente ao poder disciplinar sobre o homem-corpo, surge, segundo o filósofo em pauta, já no final do século XVIII, uma tecnologia de poder direcionada para a multiplicidade do homem, isto é, para a sua massificação. De acordo com Foucault (1976), apesar de não excluir o poder disciplinar, essa nova perspectiva de poder apresenta uma ampliação em relação à ideia de corpo enquanto objeto de poder.

A nosso ver, o ponto crucial no tocante a essas duas perspectivas de sujeito visto como objeto de poder, ora como ser individualizado, ora como componente de uma massa global, diz respeito à transformação ocorrida na passagem de uma tecnologia de poder para outra. Isso porque, segundo o autor, o soberano *fazia morrer* e *deixava viver*, tendo como foco o homem-corpo e a morte como evento ritualizado que centralizava o poder do rei e era sinônimo de uma passagem de um poder soberano da terra para um poder soberano do além.

Diferentemente do poder soberano, porém, a tecnologia regulamentadora consiste no *fazer viver* e no *deixar morrer*. Essa mudança de perspectiva põe em xeque o estatuto da morte como protagonista do exercício de poder de outrora. Em termos foucaultianos, a morte, na perspectiva do poder regulamentador “[...] está do lado de fora, em relação ao poder: é o que cai fora de seu domínio, e sobre o que o poder só terá domínio de modo geral, global, estatístico” (FOUCAULT, 1976, p. 296).

Desse modo, parece-nos possível a conclusão, sustentada pela exposição do autor, sobre a inoperância do poder do soberano, tendo em vista a sua ação sobre a morte e não sobre a vida, além de sua incompletude para a contemplação do corpo individual e do corpo social. Nesse contexto, vemos, igualmente, que a morte, antes ritualizada, passa a ser um evento da esfera privada, sinônimo de recolhimento. Dito de outro modo, o poder, agora regulamentador, tem domínio sobre a mortalidade e não mais sobre a morte, que se torna algo de natureza privada.

Diante dessas breves considerações sobre as tecnologias de poder podemos dizer, sucintamente, que há, primeiro, a tomada de poder sobre o corpo individualizante e, depois, há a tomada de poder sobre o corpo massificante. Nisso, temos a passagem do homem-corpo para o homem-espécie. Assim, é constituído o biopoder, isto é, o poder sobre a vida, não em uma perspectiva individualizante, como ocorria com o poder disciplinar, peculiar ao soberano, e sim em uma dimensão global, considerando a ideia de população, possível mediante a visão do homem-espécie. Por isso, entendemos que o biopoder se ocupa de dois corpos: corpo individualizado e corpo população.

Para dar conta desses dois corpos, portanto, seria necessário o desenvolvimento de técnicas de poder que pudessem contemplar as relações de poder nos aspectos individual e global. De acordo com Foucault, então, temos duas séries referentes às acomodações entre esses dois níveis: a série corpo e a série população, ocupação do biopoder, conforme dissemos. Essas duas séries dizem respeito ao corpo e à disciplina; e a um conjunto biológico e estatal, respectivamente.

Diante disso, vale dizer que a relação entre os mecanismos disciplinares e os regulamentadores não é de exclusão, mas de articulação, a fim de promover um controle mais eficaz acerca das eventualidades que permeiam a população. Para tanto, pode ser recorrente o desenvolvimento de estratégias biopolíticas que concorrem para o exercício e manutenção do biopoder, atuando tanto no campo do sujeito individualizado quanto na esfera da massificação. A esse respeito, podemos nos valer da ideia de que

De maneira esquemática, erigem-se dois conjuntos de técnicas de poder. Por um lado, emerge a disciplina, dirigida para o homem-corpo, no interior de uma anatomia de poder que visa a treinar os corpos individuais para as demandas da sociedade industrial e capitalista. Por outro, figura a biopolítica, cujo foco recobre o homem-espécie, através da regulação e normalização do corpo populacional (SILVA, 2018, p. 241).

Assim, entendemos a biopolítica como um mecanismo de atuação no campo da higienização pública, ou seja, no combate aos fatores que prejudicam o corpo social. Nesse contexto, também consideramos a biopolítica em seu aspecto generalizante, tendo em vista que “[...] lida com a população, e a população como problema político, como um problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder, acho que aparece nesse momento” (FOUCAULT, 1976, p. 292-293). Somemos a isso a ideia de que a biopolítica recobre a população enquanto espécie, contemplando aspectos inerentes a nascimento, mortalidade, além da saúde e dos processos da vida de modo geral (SOUSA, 2012).

Na passagem foucaultiana do parágrafo anterior, vemos a biopolítica como um mecanismo de poder que recobre a população de modo geral, funcionando, ainda, como uma tecnologia do biopoder. Salientamos, destarte, que a biopolítica, que consiste em um poder sobre a população, não objetiva disciplinar o indivíduo, mas regulamentar a vida do homem-espécie.

É nesse contexto biopolítico, portanto, que podemos observar as tecnologias de poder que possibilitam o desenvolvimento de execução do biopoder, bem como a sua manutenção, em prol da preservação do corpo social, algo que pode ser permeado por polêmicas e por conflitos de narrativas. Diante disso, buscaremos discutir as tecnologias de poder que sustentam biopolíticas, nesse cenário pandêmico em que estamos vivendo.

1.1 As estratégias de poder: o embate no campo da biopolítica

A biopolítica, como vimos, consiste em uma estratégia de poder para regulamentar, e também para controlar a vida do corpo populacional. Nesse sentido, as estratégias de poder atuam sobre questões políticas, sociais, econômicas, entre outras, que dizem respeito ao homem-espécie, para efetivar o *fazer viver*. Dito de outro modo, o biopoder, isto é, o poder “[...] de fazer viver, ou seja, de cuidar do ser vivo, de dirigi-lo, curá-lo, seria o regime pelo qual se caracteriza a biopolítica” (MIRANDA, 2014, p. 29).

Por isso, entendemos que nesse terreno de estratégias de poder oriundas da biopolítica é onde se constrói o embate de narrativas em torno da biopolítica, como o que estamos acompanhando no Brasil. Com base nas ideias foucaultianas sobre o poder que se exerce em relação a uma determinada sociedade disciplinar, podemos observar, como exemplo, a tentativa de controle espaço-temporal sobre a conduta dos cidadãos brasileiros em função da pandemia provocada pelo novo coronavírus, em uma normalização do homem-corpo em prol da preservação do homem-espécie e as consequentes relações de poder que se constroem nessa perspectiva, como buscaremos analisar. Nesse sentido, Miranda (2014) afirma, à luz de Foucault, que

O biopoder opera num zoneamento constante dos corpos para evitar as escalavraduras da morte e da doença, o enfraquecimento dos seres vivos, sua baixa energia que resulta em perdas econômicas. A biopolítica exerce sua força por meio do controle das *endemias*, que não se confundem com as epidemias, aquela é a ‘morte permanente que se introduz sorrateiramente’, ‘corrói perpetuamente’, diminui e enfraquece a população (MIRANDA, 2014, p. 30).

Nesse contexto, entendemos que a disciplina de domínio do sujeito cria resultados positivos para este mesmo sujeito, enquanto ser da massa global, no campo da saúde, segurança, educação, etc. (MIRANDA, 2014). Isto é, esse tipo de regulação promove ações provenientes da biopolítica que incidem sobre a totalidade dos corpos, na constituição da população. Dessa forma, temos um poder político que atua sobre a vida, gerenciando-a, a fim de efetivar o poder regulamentador de *fazer viver*. Noutros termos, ao “[...] colocar o biológico sob sua regulação, o poder político dos governos já não compreende os indivíduos como sujeitos de direito, mas como vidas que devem permanecer dispostas e submetidas à sua gestão” (MIRANDA, 2014, p. 29).

Temos, então, segundo o autor em pauta e sua exposição na perspectiva foucaultiana, a vida como um problema político, pois é nesta esfera que se administra tal objeto de poder, com a criação de regras e normas que estão a serviço da regulamentação da sociedade e da manutenção do biopoder, mediante o papel essencial da biopolítica de controlar a massa global. A esse respeito, podemos acrescentar o seguinte:

Se o biopoder representa essa tecnologia de poder que volve o foco para a gestão da vida, a biopolítica consiste num conjunto de estratégias racionalizadas de administração do corpo populacional, de políticas públicas voltadas para o homem como um ser vivente, pertencente a uma espécie biológica (SILVA, 2018, p. 238).

Assim, de acordo com Silva (2018), reforçamos a ideia de que a biopolítica reflete nas ações que visam à preservação do ser biológico em seu caráter global, numa conjuntura que envolve o ser individualizante e o ser populacional. Com isso, temos a junção das tecnologias regulamentadora da vida e disciplinar do corpo, no sentido de que o biopoder age sobre o corpo de maneira disciplinar e produz efeitos massificantes. Associando essas questões com a nossa temática de abordagem, podemos dizer que a quarentena atua como um mecanismo disciplinar e regulamentador ao mesmo tempo, pois atua sobre o corpo individualizado e, conseqüentemente, sobre a população.

Com base nas palavras de Foucault (1976), temos uma tecnologia de poder centrada na vida: uma tecnologia que agrupa os efeitos de massa; que procura controlar eventos fortuitos; controlar os eventos e compensar seus efeitos. E temos

uma tecnologia disciplinar do corpo, centrada no corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo. É a partir dessa relação bipartite que temos a constituição do sujeito e de sua subjetividade. Nessa construção, os sujeitos “[...] participam de modo ativo da produção da vida coletiva” (GALLO, 2017, p. 86). Dessa maneira, a biopolítica atua, tanto sobre o homem-corpo quanto sobre o homem-espécie, tendo em vista que:

Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global (FOUCAULT, 1976, p. 293).

Com base nessas questões sobre as estratégias de poder, podemos tratar do embate no campo da biopolítica, suscitado pelo contexto pandêmico que estamos vivendo, visto que o conflito de narrativas mostra, entre outras coisas, a capilaridade do poder de modo geral, sobretudo o poder regulamentador. Para tanto, podemos mencionar a situação do Brasil, enquanto corpo social em que há uma polarização política muito acentuada, o que faz das estratégias de poder um terreno de disputas de verdades matizadas por posicionamentos políticos discrepantes e torna conflituosa a ação biopolítica. Essa visão, a nosso ver, coaduna com a seguinte ideia:

A população, hoje, mais do que nunca, é um problema político, assim como um problema científico e biológico. Assim, podemos afirmar que a biopolítica por meio de mecanismos individualizantes: assistência, seguridade, racionalização econômica, estabilização política, operam na capilaridade do indivíduo, na sua existência, em seu comportamento, e tornam-no o objeto indispensável para o exercício do poder (MIRANDA, 2014, p. 33).

Diante do que o autor expõe, entendemos que a regulamentação do corpo populacional, mediante a biopolítica, é cada vez mais desafiante, tendo em vista o tempero ideológico que se acentua com mais gosto nos posicionamentos dos sujeitos em relação a situações como a que estamos vivendo. No Brasil, uma prova disso é a crise institucional que se consolidou com as divergências entre União e estados acerca de medidas de combate ao coronavírus, sobretudo em razão do isolamento social.

Para desenvolver nossa posição, citemos o conflito político brasileiro em relação à pandemia e a destoante interpretação em relação às ações para combater a COVID-19. De um lado, o Governo Federal, na figura do líder executivo, defende a ideia de que as ações tomadas pelos estados, através de decretos, consistem em

exagero, sendo que não haveria necessidade, por exemplo, da suspensão de aulas ou do isolamento social adotado. De outro lado, os prefeitos e os governadores de grande parte do país, seguem as recomendações de órgãos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS), além da observância da situação de outros países, para adotarem a quarentena, com o fechamento de comércios e outras ações, a fim de preservar a vida, isto é, de *fazer viver*.

Em diversos veículos de informação, notícias são propagadas a respeito dos entevistos do presidente com os governadores, sobretudo com o governador do estado de São Paulo, João Doria, com quem o presidente discutiu em uma teleconferência, no dia 26 de março de 2020. Ronaldo Caiado, governador do estado de Goiás, também se posicionou contra o chefe de estado brasileiro, considerando a gravidade da pandemia e a má conduta do presidente em relação ao problema. Esses são apenas dois exemplos de governadores que, inclusive, eram aliados do líder do Planalto, mas que se distanciaram por entenderem a situação de modo diferente.

Diante desses embates, as trincheiras foram montadas para a guerra ideológica que cada vez mais se consolida em nossa nação, com a construção de vários discursos que reforçam o conflito ideológico e que atuam como mecanismos de poder que são utilizados pelos sujeitos de modo geral. Salientamos, nessa perspectiva, que, em *Microfísica do poder*, Foucault nos diz que o sujeito não é o outro no poder, mas um de seus primeiros efeitos, algo que está relacionado ao caráter capilar do poder e que permite a transgressão de uma possível hierarquia das relações de poder, pondo-as em xeque. Assim, o sujeito é um vetor de transmissão do poder e também um efeito desse poder. Nos termos do autor,

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, p. 103).

Diante do que apresenta Foucault, podemos refletir sobre o poder de circulação que se estabelece em relação à biopolítica com o avanço tecnológico destes tempos em que os discursos são, muitas vezes, produtos de redes sociais, lugar de disseminação de posicionamentos dos sujeitos, que buscam defender as suas verdades a todo custo, com base em suas relações de poder.

É nesse *lócus* tecnológico, portanto, que vemos a possibilidade de discutir sobre a postura ideológica que, de certa forma, secundariza a biopolítica, pois há a produção de verdades distintas, que partem de instâncias diferentes do poder estatal e que tornam conflituosas as ações relacionadas à biopolítica, algo que reflete, por exemplo, naquilo que se publica em redes sociais.

2 O discurso e as disputas de verdades: encontros e desencontros

A respeito da pandemia da COVID-19, que se instalou no início de 2020, afetando todo o planeta, podemos observar, no contexto brasileiro, a polarização discursiva que opõe Governo Federal e os governos estaduais e reflete no posicionamento dos sujeitos a respeito dessa problemática, sobretudo pelo aspecto ideológico que permeia tal situação, conforme já vislumbramos na subseção anterior. Assim, para início de análise, consideramos importante fazer algumas considerações, além do que já foi exposto acerca do nosso propósito neste artigo. Um primeiro ponto que gostaríamos de levantar é sobre a ideia de que a sociedade disciplinar produz regimes de verdade, pois ela sanciona o que é verdadeiro, e o que não é, o que é aceitável ou não, o que é normal ou anormal, etc. (MIRANDA, 2014).

Em nosso entendimento, isso está estreitamente ligado às vontades de verdade que se adotam no que tange à biopolítica e às relações de poder que se instalam frente ao corpo populacional. Dessa maneira, são as estratégias de saber-poder que fazem funcionar as estratégias de biopolítica na atualidade. Com isso, temos a construção de um discurso que é ligado ao poder, não como um ritual, mas pautado naquilo que ele diz. Ressalte-se que o discurso político que se refere à quarentena e a outras medidas de prevenção está associado ao discurso de autoridade em relação à saúde (o discurso da OMS, por exemplo). Nesse sentido, há consonâncias e dissonâncias entre o que dizem as autoridades políticas e o que dizem as autoridades de saúde.

Outro ponto passível de uma observação inicial seria uma possível analogia acerca do papel das instâncias federal e estadual no que tange ao exercício do poder e de sua biopolítica. Estaria o Governo Federal, na figura do presidente, fazendo valer o poder soberano de *fazer morrer* e *deixar viver*; e os estados exercendo o poder regulamentar, a fim de *fazer viver*? Certamente, esta seria uma questão polêmica a ser respondida, tendo em vista o que já apresentamos sobre o conflito de narrativas que vem sendo construído com base nas ações contra o novo coronavírus.

Um terceiro ponto para a nossa análise diz respeito ao caráter discursivo dos enunciados que, segundo Silva (2018), com base nos estudos foucaultianos, apresenta algumas condições fundamentais como a presença de um referencial, um posicionamento do sujeito, além de pertencer a um campo enunciativo e ser composto por uma materialidade. A essa construção enunciativa do discurso, entendemos que é possível associar a ideia foucaultiana de que

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

Para a nossa análise, então, temos a construção de determinado referente, que reflete o posicionamento do sujeito em um dado campo enunciativo e pertencente a uma materialidade linguística específica, como poderemos observar em nosso *corpus*, com a leitura de postagens extraídas de redes sociais. Nesse contexto, consideramos que, para além da materialidade do discurso, temos os aspectos que concorrem para a construção de verdades. Por isso,

O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo (FOUCAULT, 2008, p. 61).

Diante disso, entendemos que os sujeitos seguem regras discursivas que ativam em seus discursos posicionamentos em busca da construção de seu regime de verdade. No bojo dessas questões, podemos colocar, ainda, a visão que se constrói acerca da necessidade de uma verdade que, talvez, nem sempre esteja pautada na razão. A esse respeito, podemos dizer o seguinte:

O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la (FOUCAULT, 1996, p. 18).

Com base nas considerações apresentadas nesta seção, entendemos que há subsídios para diversas construções dos regimes de verdade, pautados nas tecnologias de poder que podem convergir, assim como divergir das estratégias de biopolítica, principalmente por conta da disseminação de discursos em contextos comunicativos como as redes sociais. É o que buscaremos analisar no que segue.

2.1 A rede biopolítica: a pandemia dos discursos nas redes sociais digitais¹

¹ As materialidades discursivas elencadas para esta análise foram extraídas das redes sociais no mês de março, num momento em que se acirravam os discursos favoráveis e os discursos contrários ao isolamento social. Nesse período, o embate acerca dessa questão era mais polarizado em relação às opiniões de governos estaduais e o Governo Federal, situação que gerou uma disputa de verdades ferrenha e ganhou forma nas redes sociais, lugar discursivo de nossa empreitada analítica. Posteriormente, o genocídio real da população mais vulnerável e o fato de alguns estados terem aderido a esse discurso do governo federal mostraram outras nuances da pandemia no cenário brasileiro.

As redes sociais consistem em um espaço de disseminação de discursos de diversas naturezas. Espaço esse em que se constroem verdades como sendo absolutas e onde se criam ‘doutores’ nos mais variados temas. Como não poderia ser diferente, o contexto pandêmico provocado pela COVID-19 vem causando, também, uma pandemia discursiva sobre o assunto e as estratégias de combate para solucionar ou, ao menos, mitigar esse problema.

Com base nisso, analisaremos, à luz dos estudos foucaultianos, seis materialidades discursivas que demonstram posicionamentos discursivos opostos em relação às ações que têm como escopo a pandemia instalada em relação ao novo coronavírus. Nessa empreitada, poderemos observar a carga ideológica que contempla os enunciados apresentados.

Vale lembrar que o contexto de análise é pautado nos posicionamentos acerca das ações dos governos estaduais, que emitiram decretos determinando a suspensão das aulas nas escolas e universidades, fechamento do comércio de modo geral, além da proibição de cultos e missas, entre outras ações que visam a controlar a proliferação do novo coronavírus, bem como a recomendação de isolamento social. De outra feita, temos a postura do presidente, contrapondo-se às ações de líderes do executivo dos entes federados, inclusive com pronunciamento em rede nacional de televisão, convocando os cidadãos brasileiros a voltarem à normalidade de suas atividades. Assim, nosso escopo referencial será o posicionamento acerca do isolamento social.

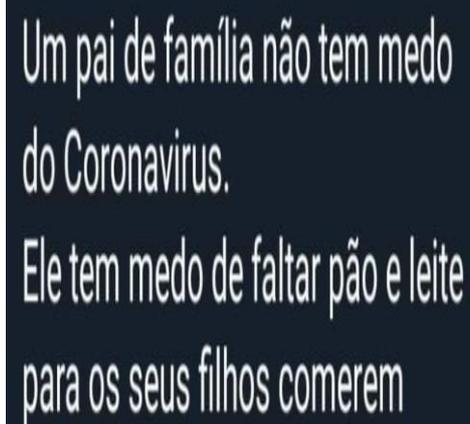
As materialidades discursivas a serem analisadas foram coletas no *Facebook*, no *Instagram* e no *WhatsApp*, tendo em vista a proliferação de discursos polarizados, de acordo com a nossa hipótese inicial de análise. Ressaltemos, também, que a recorrência a essas mídias é pautado na importância que elas possuem para a disseminação de opiniões, como pudemos constatar nas eleições de 2018, no Brasil, por exemplo.

A seleção dessas materialidades ocorreu no mês de março, no momento em que a disputa de verdades estava muito evidente. Vale dizer que, embora não sejam discursos institucionais, o mote para um ou outro posicionamento tem como pano de fundo as posturas discursivas de outros sujeitos, como ocorre com as posições contrárias ao isolamento social que, na verdade, são eco daquilo que defende o presidente brasileiro.

É preciso dizer, ainda, que a escolha do *corpus* deu-se por meio da seleção de materialidades discursivas que demonstram um posicionamento contrário ao isolamento social, em concordância com a defesa bolsonarista acerca da minimização dos efeitos da pandemia; e materialidades em que se percebe um discurso favorável às recomendações para o combate ao coronavírus e, conseqüentemente, contra a postura discursiva do presidente brasileiro. Essa escolha justifica-se por contemplar o que fora proposto nesta abordagem: a análise da disputa de verdades na arena discursiva que se tornou as redes sociais.

Sigamos, enfim, para essas leituras.

Materialidade discursiva 01



Um pai de família não tem medo
do Coronavirus.
Ele tem medo de faltar pão e leite
para os seus filhos comerem

Fonte: Facebook

No texto 01, temos um posicionamento contrário acerca do isolamento social. Diante da materialidade discursiva apresentada, podemos rememorar um sujeito que não pode cumprir as determinações governamentais, tendo em vista a necessidade de sair para trabalhar e, assim, ter condições de alimentar sua família. Nesse contexto, entendemos que a posição do enunciador é de resistência em relação a essa estratégia biopolítica de isolamento social. Convém enfatizar o fato de o sujeito enunciar na terceira pessoa, quer dizer, o sujeito busca a empatia pública com o “pai de família”, mas o próprio não se inclui claramente nesse público. Noutros termos, ele assume as preocupações de um pai de família, mesmo sem ser um – pelo menos não assumidamente. É cabível considerar que se trata de um *modus operandi* de enunciar em círculos de espectro político de direita, qual seja: assumir quais são as preocupações dos pobres, dos trabalhadores, das populações indígenas, negras, dentre outras socialmente vulneráveis, buscando uma empatia com supostas preocupações desses grupos – quando, na verdade, as preocupações não encontram eco em ações concretas. Nesse caso específico, certamente que “um pai de família”, especialmente em março/abril, estaria possivelmente amedrontado com a possibilidade do coronavírus, mas o discurso busca negligenciar quais são as “verdadeiras” preocupações desse pai e, entre elas, descarta a preocupação com a pandemia.

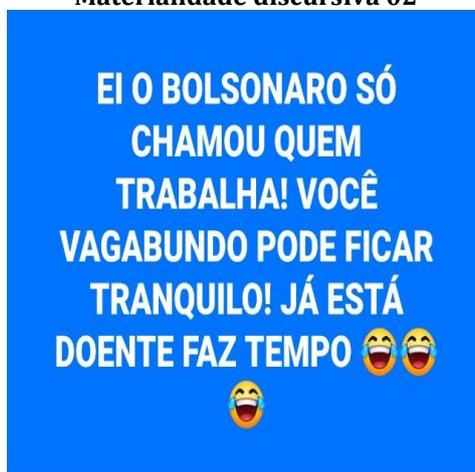
Nessa materialidade discursiva, a ideia de medo pode estar relacionada a toda repercussão midiática que envolve a pandemia, pois a cobertura jornalística realizada sobre a COVID-19 é fremente ao longo da programação diária, sobretudo àquela dos canais televisivos, mais acessíveis à população em massa.

Dessa forma, o sujeito desenhado no discurso consiste em um indivíduo que, certamente, precisará transgredir essa biopolítica, pois esse poder disciplinar interfere na sua posição, enquanto homem-corpo que sofrerá com as consequências inerentes às lacunas do biopoder regulamentador, como o problema da fome. Nessa perspectiva, podemos ratificar a ideia foucaultiana de população enquanto problema não só político, mas também biológico, no tocante às estratégias biopolíticas que se busca desenvolver. Em suma, a população é um problema de poder.

Portanto, a materialidade discursiva em pauta aponta para os eventuais problemas oriundos da considerada radicalidade das medidas adotadas em relação ao coronavírus. A esse respeito, é importante observar que “[...] a gestão da vida tornou-se uma questão nuclear no exercício do poder governamental, em suas diferentes ramificações” (SILVA, 2018, p. 242). Com isso, outras estratégias de manutenção do biopoder são suscitadas, como é o caso dos benefícios pensados em relação ao atendimento dos mais necessitados, com o subsídio em contas de energia elétrica, água, entre outras ações que visam minimizar o impacto das medidas.

Com base nessa breve análise do texto 01, podemos dizer que as estratégias de biopolítica e a manutenção do biopoder são fruto de ações e reações, pautados nas relações de poder e as respectivas estratégias de resistência que se constroem nessa arena discursiva.

Materialidade discursiva 02



Fonte: Facebook

Em relação a esta materialidade discursiva, observamos uma construção enunciativa radical no tocante às vozes defensoras do isolamento social. Para o sujeito do texto 02, parece-nos que há a ideia de que os indivíduos que são a favor da medida preventiva em análise são ‘vagabundos’ e ‘doentes’. Nesse sentido, o termo *você* é posto em direção àqueles leitores que são caracterizados como sujeitos que estão preocupados em ter que voltar a trabalhar ou que são completamente avessos ao trabalho.

Além disso, a menção ao *Bolsonaro* sugere a ideia de que o presidente é defensor do trabalho e da preservação da economia nacional. Portanto, quem é contrário ao ‘chamado presidencial’ é, por extensão, contrário à nação, visto que não atende a figura, em tese, mais importante do governo brasileiro.

Essa materialidade discursiva desconsidera, ainda, que milhões de brasileiros não trabalham devido à falta de oportunidades, tendo em vista a alta taxa de desemprego, que é um problema crônico em nosso país. Dessa forma, de acordo com o que se constrói nesse texto, todos aqueles que não trabalham são

‘doentes’ e ‘vagabundos’, ainda que não trabalhem por motivo de força maior. Em nosso entendimento, esse tipo de postagem evidencia a polarização discursiva erigida em nosso seio social. Dito de outro modo, os sujeitos ou são fortemente contra ou fortemente a favor de determinadas medidas, com base, sobretudo, em seu posicionamento político.

Nessa materialidade discursiva, a menção ao presidente brasileiro demonstra um posicionamento político que ancora a resistência acerca da biopolítica no combate à disseminação da COVID-19. Com isso, podemos retomar a perspectiva de regulação do biológico, pois, conforme Miranda (2014), o poder político submete os sujeitos à gestão governamental. Diante dessa ideia, consideramos claro o impasse entre poderes políticos na gestão da vida dos sujeitos, visto que há um poder que determina a saída dos sujeitos, conforme a representação discursiva do texto 02, e há um outro poder que orienta o isolamento social.

Portanto, com base em Gallo (2017), podemos dizer que o posicionamento dos cidadãos acerca das estratégias biopolíticas concorrem para a sua produção enquanto sujeitos. Isso porque participam de modo ativo da vida coletiva, conforme menciona esse autor. Nesse contexto, valemo-nos, também, das ideias de Foucault (1996), para considerar que o sujeito produz um discurso para defender um determinado regime de verdade, ainda que esta verdade mascare outras verdades, não aceitáveis diante de seu posicionamento discursivo.

Materialidade discursiva 03

Saiu a camisa oficial para os torcedores do coronavírus.



Fonte: grupo de WhatsApp

No que diz respeito ao texto 03, podemos observar uma série de elementos que compõem a natureza discursiva dessa materialidade. Diante desse discurso, que satiriza o posicionamento favorável às medidas adotadas e toda cobertura dada ao problema, temos a possibilidade de levantar a ideia de que há torcedores da manutenção do quadro de pandemia.

Tomando como mote de análise do texto 03 a ideia de torcida, é possível dizer que a menção aos dois partidos, presente na materialidade em questão, remete-se à torcida política para que o coronavírus prejudique a gestão do Presidente da República, tendo em vista as divergências políticas existentes entre esses dois partidos e a ideologia da base governista do nosso país, entre outros aspectos que demonstram a discrepância ideológica existente entre PT/PSOL e os partidos que apoiam o presidente.

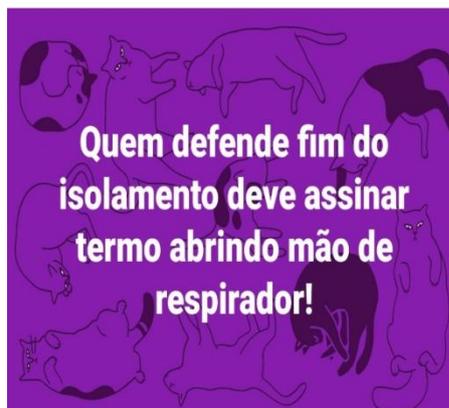
Nessa mesma linha de pensamento, a presença da bandeira da China, país epicentro inicial do novo coronavírus, direciona a percepção do contexto de guerra ideológica presente na materialidade discursiva, visto que a China possui um governo de regime comunista, algo que vai de encontro ao regime de governo brasileiro, por exemplo. Além disso, é importante ressaltar a ideia fantasiosa de que esse país asiático teria ‘plantado’ o vírus, a fim de beneficiar-se com a situação de pandemia. Vale dizer, também, que o *clã bolsonarista* tem atacado, frequentemente, o seu parceiro comercial, como é noticiado pela imprensa nacional, algo que reforça a ideia dos sujeitos acerca do papel chinês nesse cenário.

Em relação à emissora de televisão mencionada na materialidade discursiva, também temos a ideia de que há uma grande cobertura da COVID-19, com o foco de prejudicar a figura presidencial, com a criação de um ambiente de pânico, proporcionado pelo poder de alcance desse instrumento de comunicação. Assim, temos o embate de verdades: o midiático, representado pela emissora que cobre, exaustivamente, o coronavírus, acompanhando o quadro de proliferação em cada estado brasileiro e alertando sobre os riscos, algo que, conseqüentemente, cria um ambiente de receio a toda população. Em contrapartida, temos o embate político que acusa a mídia de provocar alarde para uma situação que não passa de uma ‘gripezinha’, conforme defende o presidente.

Diante dessas considerações, podemos retomar as ideias atinentes ao caráter discursivo que constitui as funções dos enunciados. De acordo com o pensamento foucaultiano, presente em Silva (2018), são fundamentais os aspectos referenciais, o posicionamento do sujeito, seu campo enunciativo, além do estabelecimento de sua composição em uma materialidade. No texto em análise, portanto, percebemos que a conjunção de elementos discursivos demonstra bases referenciais diferentes, que direcionam posicionamentos distintos dos sujeitos, diante dos campos enunciativos nos quais se encontram.

Ressaltemos, por fim, a menção ao *#EleNão*, que alude ao movimento constituído de manifestações contra o então candidato a presidente Jair Bolsonaro. Essa construção direciona para o entendimento de que há a torcida contra o presidente e não contra o fim da doença. Desse modo, os torcedores, na verdade, não são *torcedores do coronavírus*, e sim, torcedores contra o atual governo brasileiro.

Materialidade discursiva 04



Fonte: Facebook

No texto 04, há um posicionamento a favor do isolamento social, tendo em vista que o enunciador discursiviza a verdade de não atendimento com respiradores aos sujeitos que são contra tal isolamento, caso sejam acometidos pela doença. Mais uma vez, temos o radicalismo que é reflexo da polarização de opiniões a respeito das temáticas que envolvem o corpo populacional.

Diante dessa materialidade discursiva, percebe-se que a ideia que se tem é a de que só deve ter direito a um eventual atendimento dos serviços de saúde quem acredita que o isolamento é necessário. Por isso, aqueles que não creem na medida em pauta como uma saída para a proliferação da doença, devem morrer, caso sejam infectados, pois abririam mão de um aparelho essencial em caso de agravamento da doença.

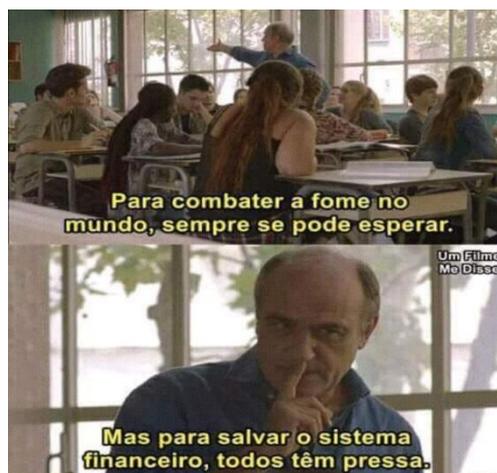
Com isso, podemos dizer que há um ruído em relação ao que se espera no tocante ao exercício do biopoder. É como se houvesse um *apartheid* entre o *fazer viver*, que deve ser contemplado, na perspectiva do que se apresenta no texto 04, apenas para os adeptos ao isolamento social, enquanto o *deixar morrer* seria a conduta para os transgressores da medida.

Essa divisão também pode ser associada aos problemas que interferem na consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), que não dispõe de infraestrutura para o atendimento de possíveis demandas recorrentes de um contágio em massa do novo coronavírus. De acordo com Paim (2018), o SUS sofre com a insuficiência de recursos, com problemas de manutenção, entre outros, que afetam a ampliação da saúde pública. Nesse contexto de objeções que recobre o SUS, há uma visão social individualista, distante das ideias de solidariedade e de um atendimento pautado na igualdade e na coletividade.

Portanto, a ideia posta na materialidade discursiva 04 contradiz, por exemplo, o preceito constitucional de que a saúde é um direito de todos. Salientamos, ainda, que o tom ameaçador do enunciado pode estar centrado na ideia de que o SUS, conforme nos aponta Paim (2018), é considerado como um sistema que atende, predominantemente, aos pobres, algo que concorre para a sua precariedade.

Em suma, a eventual assinatura de um termo abrindo mão de respirador poderia ser considerada como o atestado de ineficiência da saúde pública para o atendimento da população, caso haja um grande número de infectados com o novo coronavírus. Vale dizer que essa construção discursiva é referenciada pelas constantes informações veiculadas pela imprensa nacional acerca do possível colapso do sistema de saúde brasileiro.

Materialidade discursiva 05



Fonte: Instagram

Na materialidade discursiva 05, aventa-se outra discussão, que pode ser relacionada com o texto 01, tendo em vista o pano de fundo composto pela *fome*. Essa comparação é possível, mediante a análise dos pontos de vista que se defendem em cada uma das materialidades discursivas, pois, no texto 01, há uma visão micro em relação a esse problema, ou seja, a situação de um pai de família que está ‘preso’ em casa e não pode garantir os insumos para os seus filhos. Já na materialidade em análise neste momento concebe-se uma visão macro, pois o problema da fome é posto em escala mundial, recorrente, e sempre procrastinado, segundo o que se apresenta no texto em pauta.

Com isso, a materialidade põe em contraposição dois posicionamentos discursivos: a ausência de preocupação em relação à fome, tendo em vista que não há, por exemplo, uma biopolítica a nível mundial que possa sanar esse problema. Na contramão dessa inoperância do poder governamental, no que diz respeito a essa mazela social, há uma reunião de esforços para que o sistema financeiro não entre em colapso. Diante disso, parece-nos cabível a ideia de que “[...] a regulamentação do exercício de poder não me parece ser feito segundo a sabedoria, mas segundo os cálculos, os cálculos das coisas, cálculos das relações, cálculos das riquezas, cálculos dos fatores de poder” (FOUCAULT, 2008, p. 422).

Salientamos, ainda, o caráter intediscursivo que permeia a materialidade discursiva, pois esse texto nos remete à série *Merlí*, que é apresentada em uma plataforma de *streaming* e trata de questões atinentes à filosofia de maneira bem-humorada. Na verdade, o que temos é uma recontextualização do enunciado que,

supostamente, é retirado da série citada e projetado no seio da discussão sobre os problemas relacionados à pandemia. Nesse sentido, entendemos que essa construção é pertinente porque toda esse embate que envolve os dois posicionamentos é também, na verdade, de natureza filosófica.

Materialidade discursiva 06



Fonte: Facebook

Finalmente, o texto 06 apresenta um posicionamento direcionado ao Presidente da República, propondo uma campanha de silenciamento dessa autoridade. A materialidade discursiva sugere que o líder do executivo nacional é ignorante e isso traz prejuízo ao Brasil, que não tem estrutura para suportar a conduta inadequada do chefe de estado em relação aos problemas que devem ser solucionados, como é o caso da COVID-19.

Dessa maneira, consideramos que há um confronto em relação às estratégias de biopolítica adotadas pelo Poder Executivo que, como já mencionamos, orienta para o não cumprimento das determinações estaduais. Nesse sentido, a postagem em análise nos remete a outras informações, como o já citado pronunciamento do presidente em rede de televisão, além das diversas declarações à imprensa nacional. Com base na materialidade discursiva 06, podemos propor uma associação com a ideia foucaultiana sobre *razão e loucura*. Nessa perspectiva, e diante de tudo que vemos em relação ao novo coronavírus, talvez seja possível dizer que o discurso do presidente caracterizaria o discurso do louco, como vemos em Foucault (1996), isto é, um discurso que deveria ser silenciado e para o qual não se daria ouvidos.

No que se refere à materialidade em foco, podemos citar o pensamento de Gallo (2017, p. 91): “Se a biopolítica é o governo da vida, a resistência pode ser a afirmação da vida para além do governo.”. Diante disso, concluímos que a ideia transmitida é a de que a resistência ao discurso presidencial e à sua biopolítica consiste na preservação da vida para além do governo, dada a sua inoperância em relação ao problema vivido no país, por conta da pandemia.

Diante desses sucintos apontamentos, podemos observar que a atmosfera de construção biopolítica é bastante conflituosa e é cenário de embates de narrativas que fermentam as relações de poder, com base na subjetividade e percepção ideológica dos fatos. Com isso, podemos dizer, de modo geral, que essa discussão coaduna com a ideia de que é necessário a construção de biopolíticas que sejam:

[...] responsáveis pela condução das subjetividades contemporâneas, pela produção de um governo de si e dos outros e pelo desenvolvimento de uma política da vida entreposta no limiar calculável do corpo individual e da massa amorfa da população (SILVA, 2018, p. 247).

Por fim, consideramos que a contemporaneidade apresenta um contexto espinhoso para o desenvolvimento da biopolítica e a conseqüentemente manutenção do biopoder, tendo em vista o acirramento ideológico cada vez mais fremente, que fragmenta o corpo populacional.

Considerações Finais

Com base em Foucault (2005), podemos dizer que estamos vivendo um drama temporário da morte multiplicada, da morte iminente para todos. Parece ser esse o cenário que se desenha nesse contexto pandêmico no qual estamos inseridos nos dias de hoje. O princípio do fim deste artigo permite-nos inferências sobre a importância da biopolítica para a preservação do poder sobre a vida, o biopoder, exercido por parte do Estado, enquanto entidade bio-regulamentadora. Apesar disso, buscamos demonstrar que as relações de poder acerca dessa biopolítica são bastante conflituosas, sobretudo pela carga ideológica impregnada nas subjetividades que compõem essas relações.

Em nosso contexto de análise, acreditamos ter sido perceptível o impasse entre o *fazer viver* e o *deixar morrer*, pois o liame entre uma e outra perspectiva é bastante tênue, como já mostrava Foucault (1976). Por isso, é oportuna a reflexão sobre até que ponto uma biopolítica, de fato, promove o *fazer viver* ou atua em contrariedade a isso, tomando como foco as ações estatais, por exemplo.

Parece-nos, diante da nossa análise, que é a partir das relações de poder e das estratégias de resistência empenhadas em transgredir ou em fazer valer determinados poderes que se constroem diferentes pontos de vista acerca do que apontamos como reflexão no parágrafo anterior.

Outra consideração importante sobre a nossa análise diz respeito à construção enunciativa e sua relação com as estratégias de poder e de resistência apresentadas. Nesse sentido, vimos que aspectos concernentes à composição do enunciado na materialidade, como campo enunciativo, posicionamento dos

sujeitos e base referencial, foram de suma importância para a construção discursiva nas materialidades analisadas.

Estamos cientes de que essa discussão não recobre todas as questões que poderiam ser aludidas no tocante ao biopoder e à biopolítica como insumos para a análise desse contexto pandêmico com o qual nos detemos neste artigo. Por isso, esperamos que essa abordagem possa ser um mote, o que já seria uma grande pretensão nossa, para uma análise mais aprofundada sobre situações como essa que estamos vivenciando, à luz de estudos como os de Foucault.

Referências

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes: 2005. p. 285-316.

FOUCAULT, M. As regularidades discursivas. In: FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 21-61.

FOUCAULT, M. Aula de 4 de abril de 1979. In: FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes: 2008. p. 397-430.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Disponível em: http://www.portalentretextos.com.br/download/livrosonline/foucault_michel_microfísica_do_poder_pdf. Acesso em: 27 de dez. de 2018.

GALLO, S. Biopolítica e subjetividade: resistência? *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 66, p. 77-94, out-dez 2017.

MIRANDA, W. S. Foucault e a questão do sujeito: as tecnologias do eu e a criação de novas subjetividades. *Fenomenol. & Psicol.*, São Luís, v. 2, n. 1, p. 19-34, 2014.

PAIM, J. S. *Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n6/1413-8123-csc-23-06-1723.pdf>. Acesso em: 02 abr. de 2020.

SANTOS, T. C. A comunicação nas teorias das mídias digitais no Brasil e nos Estados Unidos. *Rev Famecos (Online)*. Porto Alegre, v. 23, n. 01, jan-abr 2016.

SILVA, F. V. Muito além do peso: modulações biopolíticas em discursos sobre a obesidade infantil. *Calidoscópico*. Vol. 16, n. 2, p 237-248, mai/ago 2018.

SOUSA, KM. Discurso e biopolítica na sociedade de controle. In: TASSO, I.; NAVARRO, P. (Orgs.). *Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas*. Maringá: Eduem, 2012. p. 41-55.

Para citar este artigo

SOUZA, Wellington Gomes de; LIRA, Vinícius Costa Araújo; SILVA, Francisco Vieira da. O biopoder em tempos de coronavírus: o duelo de verdades em materialidades discursivas nas mídias sociais digitais. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 9, n. 3, p. 297-318, set.-dez. 2020.

318

Os autores

Wellington Gomes de Souza é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Vinícius Costa Araújo Lira é graduando do curso de Letras/Inglês da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

Francisco Vieira da Silva é docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO) da associação entre a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).